



**UNIVERSIDADE
POSITIVO**
PLANO DE ENSINO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD)

Políticas públicas

Professor: Fernando Borges Mânica

Obrigatória: sim (obrigatória da linha)

Créditos: 2

Ementa:

As políticas públicas consistem num dos principais meios à disposição do Estado para coordenar e promover transformações econômicas e sociais. Historicamente vinculadas ao planejamento da atuação do Estado, em especial no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, contemporaneamente compreendem-se as políticas públicas como processos de coordenação entre Estado, Mercado e Sociedade, que dependem da capacidade estatal de coordenar e promover ações e arranjos entre atores e instrumentos, em contextos institucionais complexos. Consequentemente, o ciclo de gestão das políticas públicas compreende uma sucessão de múltiplas atividades que compõem um circuito longo de decisão igualmente complexo.

Primeiramente, é necessário identificar problemas, potenciais soluções e seus possíveis impactos no que se denomina de prospecção de políticas públicas. Em seguida, devem-se desenhar instrumentos e mobilizar atores econômicos e sociais, formulando uma política pública legítima. Uma vez formulada, a política pública deve ser implementada por meio de sua inclusão na agenda e execução das ações propostas. De modo a garantir que a política pública atinja seus objetivos de transformação econômica e social, deve-se monitorar o processo de implementação, determinando a consistência de sua trajetória e promovendo ajustes tempestivos, além de submetê-la ao controle de órgãos de fiscalização e da sociedade, garantindo sua *accountability* e responsividade. Ao final, a política pública deve ser avaliada, verificando-se a atenção aos objetivos propostos inicialmente e gerando aprendizado institucional e organizacional.

As relações entre o Direito e as políticas públicas são bastante profundas, em especial em três aspectos. Em primeiro lugar, deve-se considerar que muitos dos instrumentos de política pública e estratégias de mobilização de atores envolvem a necessidade de produção de normas jurídicas. Em segundo lugar, é imperioso observar que grande parte da atividade de controle é exercida por organizações do sistema de justiça, em especial a advocacia pública e o Ministério Público, que operam mais frequentemente sob uma ótica estritamente normativa do que de compreensão dos sentidos e alcance da política. E, em terceiro lugar, não se pode afastar que uma parcela significativa da atuação do sistema de justiça é, em si, constitutiva de campos específicos de política pública, tais como a política de acesso à justiça, a política criminal e a política judiciária.

Para além de uma compreensão abrangente sobre as políticas públicas e suas relações com o Direito, a disciplina propõe-se igualmente a analisar casos específicos de políticas públicas brasileiras e seu potencial de transformação econômica e social de longo prazo.

SUMÁRIO

Políticas públicas: conceito, estrutura e função.

Capacidades estatais, condicionantes e arranjos institucionais de políticas públicas.

O ciclo de gestão das políticas públicas: prospecção, formulação, implementação, monitoramento, controle e avaliação.

Direito e políticas públicas: acesso à justiça, política criminal e política judiciária.

A coordenação entre as políticas públicas brasileiras e os objetivos de desenvolvimento humano e inclusivo de longo prazo.



**UNIVERSIDADE
POSITIVO
PLANO DE ENSINO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD)

Bibliografia:

- BEMELMANS-VIDEC, Marie-Louise; RIST, Ray; VEDUNG, Evert. *Carrots, sticks and sermons: policy instruments and their evaluation*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAMPOS, Carmem; COELHO, Carolina; CUNHA, Flávia; OLIVEIRA, Suely; PASINATO, Wanda. *Metodologia de implementação, monitoramento e avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: SPM, 2009.
- CARDOSO JÚNIOR, José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (Org.). *Planejamento e avaliação de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2015.
- FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio César; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Políticas públicas: possibilidades e limites*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
- FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas: juventude em pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GEHLEN, Vitória; CHAVES, Helena; OLIVEIRA, Gilvana (Org.). *Instrumentalização do território: o peso dos fatores estruturais nas fragmentações das políticas públicas territorializadas*. Recife: UFPE, 2014.
- GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto (Org.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2014.
- JACOBI, Pedro Roberto (Org.). *Políticas socioambientais e participação*. São Paulo: Annablume, 2016.
- LAJÚS, Maria Luiza; VARGAS, Myriam; BADALOTTI, Rosana (Org.). *Dinâmicas regionais e políticas públicas*. Chapecó: Argos, 2014.
- LE BIHAN, Geneviève; DELPEUCH, Francis; MAIRE, Bernard. *Alimentação, nutrição e políticas públicas*. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.
- LIBERATO, Almir; SOARES, Artemis. *Políticas públicas de esporte e lazer: novos olhares*. Manaus: EDUA, 2010.
- MARCIAL, Elaine; GRUMBACH, Raul. *Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno; LEITE, Sergio. *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. Brasília: IICA, 2013.
- RAYMUNDO, Maria Henriqueta; BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos (Org.). *Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?* São Carlos: Diagrama Editorial, 2015.
- SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José Antonio; TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (Org.). *Direitos humanos e políticas públicas*. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.
- UNICEF. *Manual de Avaliação da Gestão de Políticas Públicas*. Brasília: UNICEF, s/d.
- UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Planning Toolkit*. Nova Iorque: UNO, s/d.
- VEDUNG, Evert. *Evaluación de políticas públicas y programas*. Madrid: Instituto Nacional de Servicios Sociales, 1997.
- WEISS, Carol. *Evaluation: methods for studying programs and policies*. 2. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.



**UNIVERSIDADE
POSITIVO**

**PLANO DE ENSINO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD)**

Trabalho, tecnologia e regulação

Professor: André Gambier Campos

Obrigatória: sim (obrigatória da linha)

Créditos: 2

Ementa:

O emprego produtivo e o "trabalho em condições decentes" são elementos-chave para alcançar uma globalização justa e a redução da pobreza. Contudo, não existe uma ligação automática entre trabalho e desenvolvimento humano. Questões como a discriminação e a violência, o trabalho infantil, o trabalho forçado, situações de trabalhadores em condições perigosas e que enfrentam sérios riscos de abuso, insegurança e perda de liberdade e autonomia são exemplos de situações de trabalho em condições indecentes que impedem vínculos positivos entre o trabalho e o desenvolvimento humano e econômico.

O trabalho em condições decentes gera oportunidades para todos terem um trabalho produtivo, favorável à competitividade econômica, que proporciona renda justa, segurança no local de trabalho e proteção social para famílias, e que melhora as perspectivas de desenvolvimento pessoal e de integração social, com oportunidades iguais para mulheres e homens. O risco político da falta contínua de oportunidades de trabalho em condições decentes, de investimentos insuficientes e de subconsumo é a erosão do contrato social básico subjacente às sociedades democráticas.

Dessa forma, os objetivos da disciplina são: estudar, de uma perspectiva multidisciplinar, as megatendências do mercado de trabalho e das reformas trabalhistas em sociedades em desenvolvimento; analisar como a regulação do trabalho no Brasil se apresenta num cenário de globalização econômica e de revolução digital, em termos de ganhos e perdas de competitividade e de qualidade de vida; elaborar prognósticos da revolução digital para políticas de emprego, regulação coletiva do trabalho e geração de oportunidades de trabalho na sociedade brasileira; estudar modalidades e riscos inerentes ao trabalho flexível, remoto, baseado em contratos irregulares e de curta duração, seus impactos para trabalhadores altamente qualificados e não qualificados; estudar casos que envolvem o trabalho dos jovens e de mulheres, a educação para o trabalho e a geração de melhores oportunidades de transição para o trabalho em condições decentes; estudar os principais desafios para combinar a escolha de tecnologias com os recursos e habilidades profissionais humanas e desenvolver soluções jurídicas inovadoras para atender às necessidades do desenvolvimento humano, da produtividade econômica e do mercado de trabalho no Brasil; estudar situações locais, baseadas em experiências externas, que podem melhorar as oportunidades de geração de renda pelo trabalho e as situações precárias de trabalho no ambiente local de Curitiba, Região Metropolitana e Região Sul do Brasil.

SUMÁRIO

Trabalho e emprego.

Trabalho decente.

Desemprego.

Produtividade.

Flexibilização.

Conflitos sociais.

Segurança de renda.

Revolução tecnológica.

Bibliografia:

AZEREDO, B. *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: Abet, 1998.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade et al. *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*. Berlim: Global Labour University, 2010.

Berkeley Journal of Employment and Labor Law. (Periódico disponível na base de dados HeinOnline assinada pela Universidade Positivo)

BIAVASCHI, M. B. *O direito do trabalho no Brasil 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTR, 2007.



**UNIVERSIDADE
POSITIVO
PLANO DE ENSINO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGD)

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.14, p.153-174, 2000.
- CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- _____. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARDOSO JR., J. C. *Mundo do trabalho e (des)proteção social no Brasil: ensaios de interpretação da história recente*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2013.
- CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2012.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 5. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2013.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HOUTZAGER, Peter P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004.
- HUMPHREY, John. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- International Labour Review*. (Periódico disponível na base de dados HeinOnline assinada pela Universidade Positivo)
- JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005.
- KREIN, J.D. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2007.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.
- MORETTO, A. J. *O sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2007.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- SANTANA, Marco Aurélio. O "novo" e o "velho" sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, n. 10/11, p. 19-35, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Práxis Liberal e a Cidadania Regulada. In: *Décadas de Espanto e Uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, pp. 63-114.
- SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.